



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ**

**ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA**, brasileiro, autônomo, solteiro, portador da carteira de identidade nº 300802675-SSP-CE, CPF Nº 165.698.417-26, residente e domiciliado na Rua Pv Lago Grande, nº 985, Camocim/CE, CEP 62.640-000, sem endereço eletrônico, por sua advogada subscrita, Carolina Freitas Moreira, inscrita na OAB/CE sob o n. 23.787, e-mail: **carolinafreitasjuridico@hotmail.com**, com escritório profissional na Rua Pedro Borges, 33, sala 516, Centro, Fortaleza-CE, CEP 60.055-10, tel/Fax: (085) 3055-9918, onde recebe avisos e intimações, vem à presença de Vossa Excelência propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, bairro centro, Rio de Janeiro – RJ, Cep: 20.031-201, com base na lei n.º 6194/74, Lei 8.078/90, art. 100, I (Código Defesa Consumidor), e art. 275, I, II, alínea “e” do CPC pelas razões de fato e direito adiante aduzidas:



## DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer o autor a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, por ser pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições de dispor de qualquer importância para recolher custas e despesas processuais, honorários de advogados, peritos e demais gastos.

*Ante o exposto, com fundamento no artigo 5º, inciso LXXIV c.c artigo 4º da lei 1.060/50, sob as cominações da Lei 7.115/83, requer a concessão da gratuidade da justiça.*

## DOS FATOS

**O autor sofreu um acidente automobilístico na data, 09/09/2017.**

**Em 05.02.2018, o requerente recebeu administrativamente a importância de R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais), referente a indenização por invalidez decorrente do seguro obrigatório – DPVAT.**

**IN CASU, O AUTOR FICOU COM DEBILIDADE PERMANENTE POR LESÃO NO TCE (TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO) TUDO CONFORME PRONTUÁRIO MÉDICO, RELATÓRIO E BO.**

A tabela do DPVAT trazida pela Lei 11.945/2009 prevê que em caso de lesão no TCE (traumatismo crânio encefálico) o valor da indenização deverá ser de 100% (cem por cento) do valor previsto na referida Lei, o que equivale a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), vejamos a tabela.

## ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)



<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	<b>100%</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
<b>Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital</b>	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	<b>70%</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	<b>50%</b>
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	<b>25%</b>
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	



Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Assim, aplicando-se a súmula em comento e a tabela constante da Lei 11.945/2009, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o Requerente **deveria ter recebido o valor total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, correspondentes a 100% (cem por cento) da indenização, haja vista que o requerente teve **TCE (traumatismo crânio encefálico)**

Tendo o requerente **recebido apenas R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais)**, este ainda **tem a receber** o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)** para atingir o complemento da indenização no limite de **100% (cem por cento)** do valor previsto para o seguro obrigatório DPVAT, nos termos da Lei 6.194/74, alterada pelas Leis 11.482/2007 e 11.495/2009.

A memória de cálculo fora elaborada tomando-se como base a data do efetivo pagamento e neste valor não estão incluídos correção monetária e juros legais de 1% ao mês, e tão pouco honorários de advocacia.



**DA CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
340, DE 29.12.2006**

Desde seu nascimento, que remonta à década de 60 do século passado, o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, popularmente conhecido como **Seguro DPVAT**, ostenta um caráter eminente social, pois busca amparar as vítimas decorrentes de acidentes automobilísticos, independentemente de culpa.

Antes do advento da Medida Provisória nº 340, de 29 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.484/07, os valores indenizatórios eram de 40 (quarenta) salários mínimos para morte e para invalidez permanente, enquanto para despesas médicas o valor era de 08 (oito) salários mínimos.

Com a vinda da citada lei, tais valores foram reduzidos drasticamente para o patamar de R\$ 13.500,00 (morte e invalidez permanente) e R\$ 2.700,00 (despesas médicas).

**Acontece que, desde a criação da supracitada lei, nunca os valores foram corrigidos monetariamente, restando em prejuízo manifesto para as vítimas de trânsito.**

Desta forma, com o escopo de evitar tal abuso é que muitas ações judiciais já pedem que o valor da indenização do seguro DPVAT de R\$ 13.500,00 ou R\$ 2.700,00, **seja corrigido monetariamente desde 29.12.2006, data da MP 340, que depois foi convertida na Lei 11.484/2007.**



Nesse sentido, espera-se que o Poder Judiciário, **tendo sempre como norte o caráter eminentemente social do Seguro DPVAT**, pacifique o entendimento de que os atuais valores (R\$ 13.500,00 ou R\$ 2.700,00) **deverão ser atualizados desde a edição da referida Medida Provisória, principalmente levando-se em conta que a atualização monetária não representa nenhum plus, acréscimo, ônus ou penalidade**, mas tão somente uma medida para **evitar o enriquecimento ilícito** às custas da já penalizadas vítimas do trânsito.

Trazemos aos presentes autos, um acervo jurisprudencial com a tese citada, veja:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). 1. **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO VALOR UTILIZADO COMO BASE DE CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA POR MEIO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 340, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE ATRIBUIU VALOR FIXO À COBERTURA MÁXIMA. CORREÇÃO MONETÁRIA DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A CONTAR DA EDIÇÃO DE REFERIDO DIPLOMA LEGAL. POSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR ATUALIZADO E A QUANTIA PAGA. SENTENÇA REFORMADA.** 2. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO. SÚMULA N. 426 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. **As indenizações do seguro obrigatório (DPVAT) devidas às vítimas de acidentes automobilísticos havidos após a edição da Medida Provisória n. 340/2006, de 29/12/2006, devem ser corrigidas monetariamente a partir da vigência de referido diploma alterador, a fim de assegurar seu poder aquisitivo, sem importar acréscimo infralegal do importe indenizatório, sob pena de enriquecimento sem causa da seguradora.** Nos termos do enunciado sumular n. 426 do Superior Tribunal de Justiça, "os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação". (TJ-SC - AC: 20130417418 SC 2013.041741-8 (Acórdão),



Relator: Raulino Jacó Brüning, Data de Julgamento: 12/03/2014, Primeira Câmara de Direito Civil Julgado).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. 1. **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO VALOR UTILIZADO COMO BASE DE CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA POR MEIO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 340, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE ATRIBUIU VALOR FIXO AO MÁXIMO INDENIZÁVEL, PARÂMETRO PARA COBERTURAS PARCIAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A CONTAR DA EDIÇÃO DE REFERIDO DIPLOMA LEGAL. POSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR ATUALIZADO E A QUANTIA PAGA. DECISUM MANTIDO.** 2. JUROS DE MORA DEVIDOS. PLEITO DE INCIDÊNCIA A CONTAR DA CITAÇÃO JÁ DEFERIDO NO PRIMEIRO GRAU. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. 3. CONDENAÇÃO NAS PENAS POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. PLEITO REALIZADO EM CONTRARRAZÕES QUE MERECE SER REJEITADO. 4. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, DESPROVIDO. **As indenizações do seguro obrigatório (DPVAT) devidas às vítimas de acidentes automobilísticos havidos após a edição da Medida Provisória n. 340/2006, de 29/12/2006, devem ser corrigidas monetariamente a partir da vigência de referido diploma alterador, a fim de assegurar seu poder aquisitivo, sem importar acréscimo infralegal do importe indenizatório, sob pena de enriquecimento sem causa da seguradora.** Nos termos do enunciado sumular n. 426 do Superior Tribunal de Justiça, "os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação". (TJ-SC - AC: 20140213174 SC 2014.021317-4 (Acórdão), Relator: Raulino Jacó Brüning, Data de Julgamento: 04/06/2014, Primeira Câmara de Direito Civil Julgado)



É de bom alvitre salientar Excelência, que não estamos colacionando os juros de mora, devidos a partir da citação da seguradora e nem os honorários de sucumbências.

### TABELA DO DPVAT

**A tabela do DPVAT trazida pela Lei 11.945/2009 prevê que o pagamento mínimo, que seriam seqüelas menores, é 10% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que daria R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinqüenta reais, tabela abaixo:**

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos,	





abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

**O STJ publicou a súmula 474 aos 13.06.2012, a qual determina que em caso de invalidez permanente parcial, a indenização do**



**seguro DPVAT deve ser paga de forma proporcional ao grau de invalidez da vítima.**

É de conhecimento deste E. Tribunal que as seguradoras vêm organizando mutirões, inclusive em algumas ocasiões com a organização e a participação do mesmo através da central de conciliação no Fórum Clóvis Beviláqua nesta comarca de Fortaleza – CE.

As vítimas de acidente que buscam o complemento em Juízo são submetidas a uma avaliação médica no local e com base nesta avaliação, a seguradora lança a proposta de acordo.

**Em 99% (noventa e nove por cento) dos casos há propostas, o que comprova que o procedimento administrativo perante as seguradoras É PARCIAL, É EFETUADO A GRADAÇÃO DE MANEIRA UNILATERAL E DE FORMA A BENEFICIAR APENAS A SEGURADORA, QUE ENRIQUECE ILICITAMENTE AS ESPENSAS DAS VITIMAS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO.**

É de se ressaltar que no procedimento administrativo perante a seguradora a vítima de acidente não tem oportunidade do contraditório e da ampla defesa, pois fica a mercê dos médicos pagos pela seguradora que sempre vão elaborar laudos favoráveis a quem os pagam.

Na esfera administrativa a vítima fica submetida a vontade da seguradora e é obrigada a aceitar o valor arbitrado unilateralmente pela seguradora.



**Confirmar o pagamento administrativo efetuado pela seguradora na esfera administrativa é premiar o abuso e o autoritarismo da seguradora, parte mais forte da relação processual, uma vez que ela mesma reconhece que vem pagando valores inferiores aos determinados na tabela inserida pela Lei 11.945/2009.**

Caso não seja esse Vosso entendimento, para a melhor aplicação da graduação da invalidez permanente, observado os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, deve-se então ser realizada perícia a fim de se apurar a lesão de cada vítima.

## **DO DIREITO**

### **SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

O Seguro Obrigatório – DPVAT foi criado pelo **Decreto-Lei nº 73/66**, que no art. 20, alínea “b”, determina:

**Art. 20 – “Sem prejuízo do disposto em Leis especiais, são obrigatórios os seguros de:**

- a) – (...)**
- b) – responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias terrestre, fluvial, lacustre e marítima, de aeronaves e de transportadores em geral;”**

**O valor da indenização a ser pago decorrente do Seguro Obrigatório é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme determina a lei.**



Dispõe a alínea "II" do art. 3º, da Lei 11.482 de 2007:

**Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

**II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente; (grifamos)**

Assim, a presente demanda visa condenar a ré ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório - DPVAT pago administrativamente em razão da invalidez permanente, com esteio no valor estipulado pela Lei 11.482/2007, no art. 3º inciso II.

### DO PEDIDO

Diante do exposto, sendo pacífica a legitimidade passiva e a existência do direito do Autor, bem como preenchidos todos os pressupostos necessários, requerer a Vossa Excelência o que segue:

- a. A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, com fulcro na Lei nº 1.060/50;
- b. Seja a presente ação processada pelo rito sumário, conforme dispõe o art. 275, II do CPC;



- c. **a citação** do requerido, via postal, mediante aviso de recebimento - AR, para compor a lide e querendo conteste a presente, sob pena de revelia e confissão ficta;
- d. Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, determinando que a Ré pague ao Autor a importância do prêmio do Seguro Obrigatório relativo a sua invalidez, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- e. **A dispensa da audiência da conciliação, como lhe faculta o artigo 334, paragrafo 5º, do Novo Código de Processo Civil**
- f. Que seja designada a realização de perícia médica por profissional a ser indicado pelo MM. Juiz ou pelo IML para aferição do grau da lesão do autor e aplicação da tabela da Lei 11.945/09, facultando as partes nomearem assistentes nos termos do art. 421 §1º. do CPC.,
- g. Que a Ré seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa:

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito. Caso vossa excelência não entenda pelo julgamento antecipado da lide, **indica e requer desde já** prova documental, testemunhal e tantas outras se façam necessárias ao deslinde da presente demanda.



Atribui a causa o valor de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)

Nestes termos,

Pede deferimento.

Fortaleza/CE, 11 de Fevereiro de 2019.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Fortaleza/CE, 11 de Fevereiro de 2019.

**CAROLINA FREITAS MOREIRA**

**OAB/CE Nº 23.787**



CAROLINA FREITAS  
ADVOCACIA

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

**OUTORGADO:** CAROLINA FREITAS MOREIRA, brasileira, solteira, advogada, inscrito na OAB/CE

Outorgante: <u>Rosivan do Nascimento da Silva</u>		Data Nasc:
Estado Civil: <u>solteira</u>	Profissão: <u>autônoma</u>	Nacionalidade: <u>brasileira</u>
RG: <u>30.080.267-5</u>	CPF: <u>265.498.417-26</u>	
Endereço: <u>Rua PV Zégo Grande n.º 985</u>		
Cidade: <u>Cumme-m-a</u>	CEP: <u>62.900.000</u>	

nº 23.787, com escritório profissional na Rua Pedro Borges, nº 33, sala 516, Ed. Palácio Progresso, Centro, Fortaleza-CE, fone: (85) 3055 9918.

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui, a outorgada, sua bastante procuradora, conferindo-lhe os poderes da cláusula "ad judicium et extra", podendo agir em conjunto ou separadamente perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como conferindo os poderes especiais para promover a Ação Judicial competente para o recebimento da indenização que lhe cabe, como beneficiário, em virtude de acidente de trânsito, cobertos pelo seguro DPVAT, junto a qualquer companhia de seguro conveniada a FENASE, participante do Convenio DPVAT, podendo firmar compromissos, contratos, promover ações de seu interesse, podendo representar em qualquer juízo com poderes para promover; acordos judiciais e extrajudiciais e demais atos necessários dos interesses dos serviços contratados podendo ainda, transigir, requerer, juntar, retirar documentos, assinar livros, termos, recibos, dar ou receber quitações, fazer levantamento de valores depositados, firmar autorizações de pagamentos ou créditos de indenização de sinistro receber intimações para audiência e perícias médicas, em nome do outorgante, enfim todos os poderes necessários para o cumprimento amplo do objeto do presente mandato.

Fortaleza (CE), 21 de fevereiro de 2019.

Rosivan do Nascimento da Silva  
OUTORGANTE



### DECLARAÇÃO DE POBREZA

Declaro para os devidos fins que eu, Rosivan do Nascimento da Silva residente e domiciliado na Rua Dr. Zago Grande, nº 985, bairro: \_\_\_\_\_, na cidade de Camocim, portador(a) do RG nº 30.080.264-5, inscrito(a) no CPF nº 865.498.417-26, estou impossibilitado(a) de custear despesas judiciais sem prejuízo de meu próprio sustento e da família não podendo arcar com custas processuais pelo que declara ser pobre nos termos da lei nº 7.115 de 29 de agosto de 1983, pelo que assume inteira responsabilidade, requer os benefícios da Justiça Gratuita, com esteio na lei nº 1060/05.

Fortaleza, 21 de junho de 20 19.

Rosivan do Nascimento da Silva  
DECLARANTE





CAROLINA FREITAS  
ADVOCACIA

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Pela Sr(a) Rosimar do Nascimento da Silva presente, o (a) Rosimar do Nascimento da Silva Declara para os devidos fins de direito que tem total e plena consciência da propositura da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em seu nome, e que a demanda judicial tramitará no Estado do Ceará, mais precisamente na Comarca de Fortaleza, ressaltando, ainda, que até a presente data, não propôs nenhuma ação judicial contra qualquer seguradora do consórcio de seguro DPVAT, referente aos fatos narrados e aos documentos ora apresentados.

Outrossim, DECLARA, ainda, estar ciente de sua responsabilidade (civil e criminal) pelos fatos, informações e documentos apresentados e anexados ao processo judicial de cobrança de seguro DPVAT, principalmente em caso de falsa declaração com o fim de alterar a licitude sobre fato juridicamente relevante, exonerando a Dra. CAROLINA FREITAS MOREIRA, OAB/CE Nº 23.787, de qualquer responsabilidade civil e/ ou criminal.

Fortaleza, 21 de junho 2019.

Rosimar do Nascimento da Silva

DECLARANTE

TESTEMUNHAS:

1. NOME:

CPF:

ASSINATURA:

2. NOME:

CPF:

ASSINATURA:



CAROLINA FREITAS  
ADVOCACIA

### DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Dorival do Nascimento da Silva, brasileiro(a), solteiro(a), autônomo, portador(a) de cédula de identidade nº 30.080.264-5, inscrito(a) no CPF sob o nº 265.498.417-06, DECLARO que tenho domicílio e sou residente na Rua: Pr Zago Grande, nº 985, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_/CE, conforme comprovante de endereço anexo em meu nome.

Fortaleza, 21 de fevereiro 2019.

Dorival do Nascimento da Silva

DECLARANTE

TESTEMUNHA:

1. \_\_\_\_\_

RG Nº:

CPF Nº:

2. \_\_\_\_\_

RG Nº

CPF Nº



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 430 - 3494 / 2017

**Dados da Ocorrência**

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
Data / Hora da Comunicação: **21/11/2017 09:04:42**  
Data / Hora da Ocorrência: **09/09/2017 00:00:00**  
Endereço da Ocorrência: **LOCALIDADE DE BURITI**  
Complemento:  
Bairro: **ZONA RURAL** Município: **CAMOCIM/CE**  
Ponto de Referência: **PROX. PARAZINHO**

**Dados da(s) Vítima(s)**

Nome: **ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA**  
Nascimento: **15/09/1994** CPF: **165.698.417-26**  
RG: **300802675** Órgão Emissor: UF:  
Filiação: **MARIA CICERA DO NASCIMENTO**  
**ANTONIO TOMAZ DA SILVA**  
Endereço: **NÃO INFORMADO LOCALIDADE DE BURITI**  
Bairro: **ZONA RURAL**  
Município: **CAMOCIM/CE** CEP:  
País: **BRASIL** Telefone: **(88) 98821-1333**

**Dados do(s) Veículo(s)**

1) Placa: **HYG7467** Uf: **CE** Município: **CAMOCIM** Chassi:  
**9C2KD03308R080008** Renavam: **990416534** Tipo do Veículo:  
**MOTOCICLETA** Marca / Modelo: **HONDA/NXR150 BROS ES** Ano  
Fabricação: **2008** Ano Modelo: **2008** Combustível: **GASOLINA** Cor:  
**AMARELO** Proprietário: **JOAQUIM BENTO MONTEIRO** Situação: **NÃO**  
**INFORMADO** Envolvimento: **NORMAL**

**Histórico**

COMPARECEU A ESTA DELEGACIA O SENHOR ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA, COMUNICANDO QUE, NO DIA, HORA E LOCAL ACIMA MENCIONADOS, CONDUZIA A MOTOCICLETA HONDA NXR 150 BROS ES, DE COR AMARELA, DE PLACA HYG7467, REGISTRADA EM NOME DE JOAQUIM BENTO MONTEIRO, QUANDO VEIO A COLIDIR EM UMA PORCA EM UMA ESTRADA CARROÇAL, ACIDENTANDO-SE NO LOCAL, SENDO SOCORRIDO À UPA DE GRANJA, ONDE APRESENTOU LESÕES CORTO-CONTUSAS NO COURO CABELUDO E OTORRAGIA À DIREITA, SENDO TRANSFERIDO À SANTA CASA DE SOBRAL, ONDE PASSOU CERCA DE 13 DIAS INTERNADO. INFORMA AINDA O DECLARANTE QUE O REGISTRO DO FATO TEM POR OBJETIVO O BENEFÍCIO DO SEGURO DPVAT E QUE ESTA CIDADE NÃO DISPÕE DE SAMU, ANJOS DA NOITE, IML NEM MESMO CORPO DE BOMBEIROS. AFIRMA AINDA O DECLARANTE QUE O FATO ACIMA TEVE COMO TESTEMUNHAS AS PESSOAS DE MARIA CÍCERA DO NASCIMENTO RG Nº 163437588 E MARIA DO SOCORRO DE SOUSA RG Nº 90002273492.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE CAMOCIM

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :

JOSÉ ÉDER TORRE DE SOUSA - MAT: 198367-1-1



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA REGIONAL DE CAMOCIM



BOLETIM DE Ocorrência Nº 430 - 3494 / 2017

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: X Raxi do N. N. do Silva

VISTO DO DELEGADO(A) :

HERBERT PONTE E SILVA - MAT.: 014672-1-

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAROLINA FREITAS MOREIRA e Tribunal de Justiça do Ceará, protocolado em 21/02/2019 às 12:07, sob o número 0112528-68.2019.8.06.0001 e código 44912E7. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0112528-68.2019.8.06.0001 e código 44912E7.



 <p><i>Robivan do Nascimento da Silva</i> Assinatura do Titular</p>		<p>VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>NÚMERO 30.088.267-5 DATA DE EMISSÃO 27/03/2013</p> <p><b>ROBIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA</b></p> <p>PAI: ANTONIO TOMAZ DA SILVA</p> <p>MÃE: MARIA CÍCERA DO NASCIMENTO</p> <p>NACIONALIDADE: MARANHÃO DATA DE NASCIMENTO: 15/09/1994</p> <p>EXCEL. CIVIL: C. NASC LIV ASS FLS 116 TERM 29454</p> <p>PROX. P. I. I. MA</p> <p>CPF: 165.696.417-26</p> <p>006 1 Via</p> <p>0591</p>	
--	--	---	--



Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica Grupo B | Série B-4 | N° 550440275

Companhia Energética do Ceará

Rua Padre Valdevino, 150 | CEP 60135-040 | Fortaleza CE

CNPJ 07.047.251/0001-70 | CGF 06.106.848-3

A Tarifa Social de Energia Elétrica

foi criada pela Lei nº 10.438 de

26 de abril de 2002

fls. 22

Esta é a segunda via de

NOV/2018

Utilize o nº abaixo sempre  
que entrar em contato conosco

Nº DO CLIENTE

8245119

DV 2

VENCIMENTO

17/12/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

49,97

Rota 34 033006 03 028350

Medidor

Poste

Nome ANTONIO TOMAZ DA SILVA

12147080

0000 0

Endereço Postal

End. da Unidade

PV LAGO GRANDE 00985 LAGO GRANDE CAMOCIM 62400000

Consumidora

RG / CPF / CNPJ 388.498.013-00

CGF

Classe B2 - 04-RURAL, MONOFASICA, BAIXA RENDA

Fator de Potência

0

## INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leitura Atual Leitura Anterior Constante Consumo (kWh) Consumo Incl. Consumo Faturado

FP

11045

10956

1

89

0

89

## DESCRIÇÃO DA CONTA

Quantidade Tarifa Valor (R\$)

## ENERGIA

Consumo faixa 0-30 Kwh

89

0,39284

34,96

## DATAS DE LEITURA

Data de Emissão/  
ApresentaçãoPrev. Próxima  
Leitura

20/11/2018

19/12/2018

## ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

7EB1.DFD2.C0DC.7DB1.511E.3CD0.9633.EEF9

## ICMS

Base de Cálculo (R\$)

Aliquota

Valor do Imposto

ISENTO

## OUTROS PAGAMENTOS

Multa Moratória

0,97

ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL-INT

14,04

ADICIONAL BANDEIRA AMARELA MES ( R\$ 2,36 )

## COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

ENERGIA	17,99
TRANSMISSÃO	1,92
DISTRIBUIÇÃO	10,25
ENCARGOS SETORIAIS	2,75
TRIBUTOS (ICMS, PIS/COFINS)	2,05

## INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

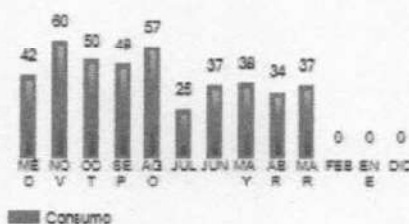
Veja a legenda no verso desta conta. CM: 21,78

Conjunto GRANJA

Mês SET/ 2018

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC (h)	10,58	21,17	42,34	0,00	0,00	0,00
FIC (un)	7,52	15,04	30,09	0,00	0,00	0,00
DMIC (h)	5,68			0,00		

## HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO<sub>2</sub>) Compensado kg (CO<sub>2</sub>) Consciência Ecológica(%CO<sub>2</sub>)

0 100

## INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

autenticação mecânica cliente

Nº do Cliente:

8245119-2

Nº da Nota Fiscal: 550440275

Total a Pagar (R\$): 49,97

Data de Emissão:

06/12/2018

Referência: NOV/2018

Nº de Controle: 0008245119 00020 4321 2 23

83890000000-5 49970031000-7 00082451190-5 00204321265-0





(1)

Buscar no site

A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) ▾ CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHO CONOSCO ▾ CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para o processo de indenização. O prazo de entrega da documentação completa é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3180029431 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi Seguradora S/A-Filial Fortaleza-CE

BENEFICIÁRIO ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA




CPF/CNPJ: 16569841726

Posição em 10-09-2018 10:17:35

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você escolheu.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
05/02/2018	R\$ 10.125,00	R\$ 0,00	R\$ 10.125,00

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
10/02/2018	Pagamento de Indenização, com memória de cálculo de invalidez	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/YjDWuEwEamVUIwlm...api_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__q+wWGu77pwU8HsxGIY2vTYc=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/YjDWuEwEamVUIwlm...api_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__q+wWGu77pwU8HsxGIY2vTYc=</a> )
25/01/2018	Interrupção de Prazo	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/87wpGhkpDvgxLVJFS...api_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__q+wWGu77pwU8HsxGIY2vTYc=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/87wpGhkpDvgxLVJFS...api_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__q+wWGu77pwU8HsxGIY2vTYc=</a> )
19/01/2018	Aviso de Sinistro	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/YXZBz1EaQlctQJjG1AV...api_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__q+wWGu77pwU8HsxGIY2vTYc=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/YXZBz1EaQlctQJjG1AV...api_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__q+wWGu77pwU8HsxGIY2vTYc=</a> )

ACESSIBILIDADE

## FICHA DE REFERÊNCIA

1- Preencher esta ficha em 3 vias.  
2- Ao terminar a consulta ou tratamento, entregar 2 vias para o Usuário, orientando-o para retornar com a 1ª via à Unidade de Origem.

Nome: Robson do Nascimento da Silva Prontuário N°: 19827

Sexo: M ☒ F ☐

Data de Nascimento: 15/09/94

Ocupação: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Tel.: \_\_\_\_\_

Motivo do Encaminhamento: Paciente, 22 anos, alcoolizado, sofreu queda de moto, sem capacete, apresentando desorientação, lesões corticontusas nos membros superiores e inferior à direita.

Resultado de Exames: CG 12: PA 120x90. FC: 84. SatO2: 92%

Conduta já realizada: HV, analgesia, Sutura simples.

Impressão Diagnóstica: TCE moderado

Assinatura do Encaminhante - N° Registro

Função

09/09/17

Data

Hora

## AGENDAMENTO

Encaminhamento para atendimento:

Ambulatorial ☐

Hospitalar ☐

Auxílio Diagnóstico ☐

Procedimento: \_\_\_\_\_

Profissional: \_\_\_\_\_

Unidade de Referência: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

## FICHA DE CONTRA-REFERÊNCIA

Unidade de Referência: S.E.M.O.

Município: Juazeiro

Prontuário N°: 916270

Alta: 12/09/17

Resumo Clínico/Cirúrgico

Paciente sofreu queda de moto, apresentando desorientação, lesão corticontusa no membro superior e inferior à direita. Foi submetido a neurocirurgia para drenagem de hematomas.

Resultado de Exames

98 urinal. Hematoma subdural agudo hemisfério esquerdo.

Diagnóstico Principal: Politraumatismo

CID: \_\_\_\_\_

Secundário 1: \_\_\_\_\_

CID: \_\_\_\_\_

Secundário 2: \_\_\_\_\_

CID: \_\_\_\_\_

Proposta de Conduta para Seguimento

Acompanhamento Ambulatorial

O problema justificou a referência? Sim ☒ Não ☐

O motivo da referência coincide com o diagnóstico? Sim ☒ Não ☐

**Dr. João Martins Neto**  
NECIRURSIÃO

N° Registro

**Santa Casa de M. de São Paulo**  
CONFERE COM O ORIGINAL

**Adriana R. Montenegro Portela**  
COORDENADORA

Data

Hora



DADOS DO PACIENTE

Matrícula...: 916770  
Paciente...: ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA CPF...:  
Sexo...: MASCULINO  
Dt. Nasc...: 15/09/1994 Idade...: 22a 11m 30d  
Mãe...: MARIA CICERA DO NASCIMENTO Cor...: PARDA  
Pai...: ANTONIO TOMAZ DA SILVA CNS...: 700203486288620  
E. Civil...: CASADO  
Endereço...: BURITI Nº...:  
Bairro...: ZONA RURAL CEP...: 62400-000  
Cidade...: CAMOCIM UF...: CE  
Fone...: 992615541

DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome...:  
Endereço...:  
Documento...:  
Fone...:

DADOS DA INTERNAÇÃO

Atendimento...: 4965598 Atendente...: NETO ARRUDA  
Data...: 13/09/2017 Hora...: 13:27 Permanência...: 7 Dias  
Procedimento...: 0403010284 TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA INTRACEREBRAL  
Médico...: KEVEN FERREIRA DA PONTE  
Unidade Int...: CASA DE SAUDE MONS. EUFRASIO  
Leito...: LEITO 2-2 - C.S.M.EUFRASIO  
Convênio...: SUS - SIH  
Plano...: 1  
Carteira...:  
N. Guia...:

Santa Casa de M. de Sobral  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Andreia R. Montenegro Portela  
COORDENADORA

*X M = do Solano de Sousa*  
Assinatura do Paciente ou Responsável

**NEUROLOGIA**

1-SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL  
MV2000 - Sistema de Gerenciamento de Internação  
Comprovante da Alta Hospitalar do Paciente

Página: 1/1  
Emitido por: SOCORRO\_NASCIMENTO  
Em: 19/09/2017 13:34

Atendimento: 4965598

Dt Atendimento: 13/09/2017 - 13:27

Dt Alta: 19/09/2017 - 12:34

Paciente: 916770 ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA

Serviço: 18 NEUROLOGIA

Convênio: 1 SUS - SIH

Leito: 128 LEITO 1-2 - C.S.M.EUFRASIO

Plano: 1 SUS - SIH

Motivo Alta: 1 ALTA MELHORADA

Usuário: SOCORRO\_NASCIMENTO

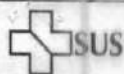
CID: G936

EDEMA CEREBRAL

Procedimento de Alta: 0403010284 - CRANIOTOMIA DESCOMPRESSIVA

Reservatório: Alta

**NEUROLOGIA**



Sistema Único de Saúde  
Ministério da Saúde

# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

fls. 26

## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOBRAL

2 - CNES

3 0 2 1 1 1 4

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOBRAL

4 - CNES

3 0 2 1 1 1 4

## Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

ATEND.: 4965598 DT. ATEND.: 13/9/2017 - 13:27

MATR.: 916770 NASCIMENTO.: 15/9/1994

NOME.: ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA

MAE.: MARIA CICERA DO NASCIMENTO

CPF.: CNS: 700203486288620 SUSFACIL:

ENDER.: BURITI

BAIRRO: ZONA RURAL - CAMOCIM

-CE- CEP: 62400000

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

916770

7 - SEXO

1994

Masc. ☒ 1

Fem. ☐ 3

10 - RAÇA/COR

DDD

12 - TELEFONE DE CONTATO

DDD

14 - TELEFONE DE CONTATO

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Camocim

17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

19 - CEP

CE

## JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente vítima de traumatismo encefalocefálico operado de hematoma intracraniano, evoluindo com edema cerebral e hematoma extradural.

Necessita de cuidados cirúrgicos.

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Risco de complicação

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Anamnese + Exame Físico + TC cerebral

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Edema cerebral

24 - CID 10 PRINCIPAL - 25 - CID 10 SECUND - 26 - CID 10 CAUSAS ASSOC.

693.6

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Politraumatismo

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

0 4 1 5 0 3 0 0 1 3

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO

( ) CNS

(X) CPF

32 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

9 3 4 0 6 4 0 0 3 2 5

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Kevin Ferreira da Ponte

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

13/09/17

35 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO

Dr. Kevin Ferreira da Ponte  
Neurocirurgião

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLENCIA)

36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - Nº DO BILHETE

41 - SÉRIE

37 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNPJ EMPRESA

44 - CBO

38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

45 - VINCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

## AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO

48 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

618.208.233-68

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO

Cristiano Araújo Costa

CRM: 4492 - DIRETOR TÉCNICO

Dr. José Ronaldo Vasconcelos de Oliveira  
Médico Auditor - DEMASUS - Sobral

13 OUT. 2017

CPF: 404.225.422-04

CRM: 0001

## Sistema de Radiologia

Requisição	1703318	Data Solicitação	15/09/2017
Matrícula	916770	Idade	23 Anos 0 Mês 17 Dias
Atendimento	4965598		
Paciente	ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA		
Convenio	SUS - SIH		
Médico Solicitante	PAULO ROBERTO LACERDA LEAL		

## LAUDO

## Exames

## TOMOGRAFIA CRANIO-CEREBRAL

## CLÍNICA:

## TÉCNICA:

O exame foi realizado através de cortes axiais sequenciais paralelos ao plano órbito-meatal, sem e com injeção de contraste iodado, com cortes de 5mm de espessura para a base do crânio e em seguida com 10mm de espessura até o vértex.

## LAUDO:

Ao nível da fossa posterior:

- Parênquima cerebelar e tronco encefálico sem alterações.
- O IV ventrículo é mediano e de calibre normal.
- Cisternas basais sem alterações.

Ao nível supratentorial:

- Parênquima cerebral com coeficiente de atenuação normal.
- Sulcos e cissuras normais para a idade.
- Não há desvio da linha média.
- Núcleos da base homogêneos e com sinal mantido.
- Tálamos com formato e configuração anatômicos.
- Hipocampus com volumetria e sinal habituais para a idade.
- Complexo hipotálamo-hipofisário sem sinais de lesões evidentes.
- III ventrículo e ventrículos laterais sem alterações.

## CONCLUSÃO:

Tomografia computadorizada crânio-cerebral satisfatória.

Santa Casa de M. de Sobral  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Andreia R. Montenegro Portela  
COORDENADORA

Dr. KEVEN FERREIRA DA PONTE

Dr. KEVEN FERREIRA DA PONTE

CRM 10830



**SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL**  
 MV 2000 - Sistema de Centro Cirúrgico e Obstétrico  
 Ficha de Cirurgia Descritiva

Página.: 0001

Data..... 13/09/2017

Hora..... 17:41

**Ficha de Cirurgia Descritiva**

Aviso de Cirurgia : 318703

Paciente : 916770

Convênio Atend. : 1

Leito : 133

Dt. Início :

Cid Pré-Operatório : I618

Cid Pós-Operatório : I618

Sala : 0008 SALA 08

ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA

SUS - SIH

LEITO 2-2 - C.S.M.EUFRASIO

Dt. Fim :

Atendimento : 4965598

Carteira :

Idade : 22 Anos 29 Dias 17 Horas

OUTRAS HEMORRAGIAS INTRACEREBRAIS

OUTRAS HEMORRAGIAS INTRACEREBRAIS

**Procedimentos**

Procedimento: 0403010276

Convênio: 001

Procedimento: 0403010020

Convênio: 001

Procedimento: 0403010292

Convênio: 001

Anestesia: 01

TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA EXTRADURAL

SUS - SIH

CRANIOTOMIA DESCOMPRESSIVA

SUS - SIH

TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA INTRACEREBRAL (COM TECNICA COMPLEMENTAR)

SUS - SIH

GERAL

**Equipe Médica**ANESTESISTA  
CIRURGIAO8570 ALOYSIO GABARRA TAVARES  
10830 KEVEN FERREIRA DA PONTE**Descrição****Descrição Cirúrgica :****HEMATOMA EXTRA-DURAL**

- REABORDAGEM DA INCISÃO FRONTOTEMPORAL ESQUERDA
- AMPLIAÇÃO DA CRANIECTOMIA FRONTOTEMPORAL ESQUERDA
- RETIRADA DE HEMATOMA EXTRA-DURAL
- SUSPENSÃO DA DURA-MATER
- DRENAGEM
- SINTESE

**HEMATOMA EXTRA-DURAL**

- REABORDAGEM DA INCISÃO FRONTOTEMPORAL ESQUERDA
- AMPLIAÇÃO DA CRANIECTOMIA FRONTOTEMPORAL ESQUERDA
- RETIRADA DE HEMATOMA EXTRA-DURAL
- SUSPENSÃO DA DURA-MATER
- ABERTURA DA DURA-MATER
- ASPIRAÇÃO DE HEMATOMA/CONTUSÃO TEMPORAL ESQUERDA
- SINTESE COM DRENAGEM

**CRANIECTOMIA DESCOMPRESSIVA**

- REABORDAGEM DA INCISÃO FRONTOTEMPORAL ESQUERDA
- AMPLIAÇÃO DA CRANIECTOMIA FRONTOTEMPORAL ESQUERDA
- ABERTURA DA DURA-MATER
- CONSTATAÇÃO DE GRAVE HERNIAÇÃO CEREBRAL
- PLASTIA DE DURA-MATER COM EPICRÂNIO
- SINTESE COM DRENAGEM

**Achados Cirúrgicos:****Descrição Complementar**

Santa Casa de M. de Sobral  
 SAME  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Andreia R. Montenegro Portela  
 COORDENADORA

Dr. Keven Ferreira da Ponte  
 NEUROCIRURGIAO  
 CNS: 980016280391868

13/09/17



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOBRAL  
FICHA DE ANESTESIA

ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO

fls. 29

NOME: ROSVAN DO NASCIMENTO SILVA		DATA: 13/09/17		REGISTRO: MAT: 916 770	
IDADE: 22	SEXO: M	COR:	CLÍNICA: NEUROCIRURGIA	ENF.:	LEITO:
PRESSÃO ARTERIAL: 110/80	PULSO: 122	RESPIRAÇÃO:	TEMPERATURA:	PESO: 70 kg	GRUPO SANGÜÍNEO:
ESTADO GERAL: BOM <input type="checkbox"/> REGULAR <input checked="" type="checkbox"/> MAU <input type="checkbox"/> PÉSSIMO <input type="checkbox"/>			RISCO CIRÚRGICO (GOOD MAN) Grau I <input type="checkbox"/> Grau II <input type="checkbox"/> Grau III <input type="checkbox"/> Grau IV <input type="checkbox"/>		
EXAMES COMPLEMENTARES:					
AP. RESPIRATÓRIO: OK			AP. CIRCULATORIO: ?		
AP. DIGESTIVO: SÓLIDM		ESTADO MENTAL: INCONSCIENTE		DROGAS EM USO:	
PRÉ-ANESTÉSICO DROGA/HORA:				ESTADO FÍSICO (ASA) 1 2 3 4 5 E	
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO:					
CIRURGIA REALIZADA: CRANIECTOMIA DESCOMPRESSIVA					
CIRURGIÃO: DR. KEVEN			AUXILIARES:		
INÍCIO DA ANESTESIA: 14:30		TÉRMINO DA ANESTESIA: 10:30		DURAÇÃO DA ANESTESIA:	
GENTE/HORA					
LIQUÍDOS: SF 0,67. 1000 + 1400 ml					
VENOSOS: 100 ml, 100 ml, 100 ml, 100 ml, 100 ml, 100 ml, 100 ml, 100 ml, 100 ml, 100 ml					
MONITORAÇÃO P. ARTERIAL: 110/80, 110/80, 110/80, 110/80, 110/80, 110/80, 110/80, 110/80, 110/80, 110/80					
ANOTAÇÕES:					

Santa Casa de Misericórdia de Sobral  
SANEAMENTO ORIGINAL  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Andreia R. Montenegro Portela  
COORDENADORA

ANESTESIA: GERAL <input checked="" type="checkbox"/> RAQUIDIANA <input type="checkbox"/> EPIDURAL <input type="checkbox"/> BLOQ. PLEXO <input type="checkbox"/> BLOQ. NERVOS <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/>	
TÉCNICA: AOB CI TOT w 90	
LIQUÍDOS	MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO
GLICOSE	1 PROPOFOL: 200 mg
NaCl	2 REMIFENTANIL: 200 mg
SANGUE	3 ADNICUPID: 50 mg
RINGER	4 MIDAZOLAM: 5 mg
TOTAL	5 SEVOFLURANO: 100 ml
DESTINO DO PACIENTE: APTO <input type="checkbox"/> ENFERM. <input type="checkbox"/> SRPA <input type="checkbox"/> UTI <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/>	
SRPA	PA: PULSO: RESPIRAÇÃO: SpO <sub>2</sub> : 12
ASSINATURA / ANESTESISTA: Dr. Aloysio Babeta Tavares	
13 D. PIROMY: 4	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAROLINA FREITAS MOREIRA e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 21/02/2019 às 12:07, sob o número 0112528682019060001. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0112528-68.2019.8.06.0001 e código 44912E7.



Sistema Único de Saúde  
Ministério da Saúde

# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

fls. 30

## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOBRAL

2 - CNES

3 0 2 1 1 1 4

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOBRAL

4 - CNES

3 0 2 1 1 1 4

## Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

ATEND.: 4961348 DT. ATEND.: 9/9/2017 - 08:39

MATR.: 916770 NASCIMENTO.: 15/9/1994

NOME.: ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA

MAE.: MARIA CICERA DO NASCIMENTO

CPF.: CNS: 700203486288620 SUSFACIL:

ENDER.: BURITI

BAIRRO: ZONA RURAL - CAMOCIM

-CE- CEP: 62400000

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

916770

9 - SEXO  
Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 3

10 - RAÇA/COR

12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Granja

17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

CE

19 - CEP

## JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente vítima de acidente de moto, apresentando quadro de disorientação, lesão certo-contusa em couro cabeludo e Hemorragia. Realizou exames que mostraram hematoma subdural agudo no hemisfério esquerdo e fratura de acúchado direito.

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Risco de complicações

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Ultrassom + Exame Risco + TC cerebral

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Traumatismo craniano

24 - CID 10 PRINCIPAL 25 - CID 10 SECUND. 26 - CID 10 CAUSAS ASSOC.

506.9

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Poli-traumatismo

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

014115103010113

29 - CLÍNICA

01

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

02

31 - DOCUMENTO

( ) CNS

(X) CPF

32 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

41867110373104

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

João Martins Neto

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

09/09/2017

35 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO

Dr. José Renato Vasconcelos da Graça  
MEDICINA DE EMERGÊNCIA

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

39 - GRUPO DA SEGURADORA

40 - Nº DO BILHETE

41 - SÉRIE

37 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNAE EMPRESA

44 - CBOR

38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

## AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - Cód. Órgão Emissor

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Dr. José Renato Vasconcelos da Graça  
Medicina de Emergência - Sobral

48 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

618.288.233-68

49 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO

Cristiano Araújo Costa  
CRM: 9382 - DIRETOR TÉCNICO

13 OUT. 2017  
CPF: 404.225.423-34  
CRM: 9801



DADOS DO PACIENTE

Matrícula...: 916770  
Paciente...: ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA CPF...:  
Sexo...: MASCULINO  
Dt. Nasc...: 15/09/1994 Idade...: 22a 11m 25d  
Mãe...: MARIA CICERA DO NASCIMENTO Cor...: PARDA  
Pai...: CNS...:  
E. Civil...: SOLTEIRO  
Endereço...: BURUTI Nº...:  
Bairro...: ZONA RURAL CEP...: 62430-000  
Cidade...: GRANJA UF...: CE  
Fone...: 992615541

DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome...:  
Endereço...:  
Documento...:  
Fone...:

DADOS DA INTERNAÇÃO

Atendimento...: 4961348 Atendente...: NETO ARRUDA  
Data...: 09/09/2017 Hora...: 08:39 Permanência...: 14 Dias  
Procedimento...: 0303040106 TRATAMENTO CONSERVADOR DE TRAUMATISMO CRANIOENCEFALICO GRAVE  
Médico...: SERGIO LUIS CAVALCANTE IBIAPINA  
Unidade Int...: UI EMERGENCIA ADULTA  
Leito...: LEITO 2-8 EMERG. ADULTA  
Convênio...: SUS - SIH  
Plano...: 1  
Carteira...:  
N. Guia...: 08821. 1333 (Mãe) .. (88) 94 86 03 28 94 88 21 13

NEUROLOGIA

1-SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL  
MV2000 - Sistema de Gerenciamento de Internação  
Comprovante da Alta Hospitalar do Paciente

Página: 1/1  
Emitido por: SOCORRO\_NASCIMENTO  
Em: 13/09/2017 12:22

Atendimento: 4961348

Dt Atendimento: 09/09/2017 - 08:39

Dt Alta: 12/09/2017 - 23:00

Paciente: 916770 ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA

Serviço: 35 OUTROS SERVICOS

Convênio: 1 SUS - SIH

Leito: 133 LEITO 2-2 - C.S.M.EUFRASIO

Plano: 1 SUS - SIH

Motivo Alta: 51 PERMANENCIA POR REOPERAÇÃO

Usuário: SOCORRO\_NASCIMENTO

CID: S069

TRAUMATISMO INTRACRANIANO, NAO ESPECIFICADO

Procedimento de Alta 0303040106 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE TRAUMATISMO CRANIOENCEFALICO GRAVE

NEUROLOGIA

SOCORRO NASCIMENTO

Hora.....: 17:43

80

TRAUMATISMO INTRACRANIANO, NAO ESPECIFICADO

## GERAL

## 6656 JOAO MARTINS NETO

CHRMEC: 0055 CMS: 00000009120027

- SINTESE COM DRENAGEM

Santa Casa de M. de Sobral  
SAME  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Andreia R. Montenegro Portela  
COORDENADORA



**SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL**  
MV 2000 - Sistema de Centro Cirúrgico e Obstétrico  
Ficha de Cirurgia Descritiva

Página.: 0002

Data.....: 09/09/2019

Hora.....: 17:43

Achados Cirúrgicos:

Descrição Complementar

**Dr. João Martins Neto**  
**NEUROCIRURGIÃO**

CREMEC: 6656 CRM: 44912E7

DR(A) : JOAO MARTINS NETO

CRM : 6656

Santa Casa de M. de Sobral  
SAME  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Andreia R. Montenegro Portela  
COORDENADORA



NOME: Posivan do Nascimento da Silva Nº PRONTUÁRIO 916770

SETOR: \_\_\_\_\_ ENFERMARIA: \_\_\_\_\_ LEITO: \_\_\_\_\_

DATA	
03/09/14	<p>Novo - TCE (mapa)</p> <p>- Sonolento e Agitado - Otomagia (D)</p> <p>- reações: Hemorragia subdura Aguda Hemisférica (E)</p> <p>Pronto Resposta (D)</p> <p>→ Gf = Cerebros</p> <p><b>Dr. João Martins Neto</b> NEUROCIRURGIÃO CRM: 10012/2017</p>
10/09/14	<p>Paciente, 22 anos, encaminhado ao Setor de Neurologia, vindo de SR. após procedimento cirúrgico de drenagem de hemorragia subdura crônica externa em hemisfério Esq. Apresenta-se sonolento, desorientado, intubado orotraqueal de rotina e suporte. Muito e dista em Exatos fisiológicos.</p> <p>#01. Vida Neurologia "Médico".</p> <p>Cuidados pós-operatórios</p> <p>Ritmo de Neurologia.</p> <p><b>Dr. João Martins Neto</b> NEUROCIRURGIÃO CRM: 10012/2017</p>
11/09/14	<p>Paciente, 22 anos, encaminhado ao Setor de Neurologia, vindo de SR. após procedimento cirúrgico de drenagem de hemorragia subdura crônica externa em hemisfério Esq. Apresenta-se sonolento, desorientado, intubado orotraqueal de rotina e suporte. Muito e dista em Exatos fisiológicos.</p> <p>#01. Vida Neurologia "Médico".</p> <p>Cuidados pós-operatórios</p> <p>Ritmo de Neurologia.</p> <p><b>Dr. João Martins Neto</b> NEUROCIRURGIÃO CRM: 10012/2017</p>
12/09/14	<p>Paciente, 22 anos, encaminhado ao Setor de Neurologia, vindo de SR. após procedimento cirúrgico de drenagem de hemorragia subdura crônica externa em hemisfério Esq. Apresenta-se sonolento, desorientado, intubado orotraqueal de rotina e suporte. Muito e dista em Exatos fisiológicos.</p> <p>#01. Vida Neurologia "Médico".</p> <p>Cuidados pós-operatórios</p> <p>Ritmo de Neurologia.</p> <p><b>Dr. João Martins Neto</b> NEUROCIRURGIÃO CRM: 10012/2017</p>





# EVOLUÇÃO

## OUTRAS ESPECIALIDADES CLÍNICAS



fls. 36

NOME: Resumo do nascimento da Silva Nº PRONTUÁRIO916770SETOR: Neurologia

ENFERMARIA:

LEITO:

DATA

FARMÁCIA12/09/17

em acompanhamento farmacêutico, o acompanhante relata que o paciente não faz uso de medicamentos, não possui doenças crônicas e histórico de alergia medicamentosa. ———— 11 ————

Santa Casa de M. de Sobral  
Milla Vasconcelos  
FARMACÊUTICA - CRP: 8883

Santa Casa de M. de Sobral  
SAME  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Andréia R. Montenegro Portela  
ARMADORA



# SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL

## FICHA DE ADMISSÃO - EMERGÊNCIA

fls. 37



ATEND.: 4961348 DT. ATEND.: 09/09/2017 - 08:39  
MATR.: 916770 NASCIMENTO.: 15/09/1994  
NOME.: ROSIVAN DO NASCIMENTO DA SILVA  
MAE.: MARIA CÍCERA DO NASCIMENTO  
CPF.: CNS: SUSFACIL:  
ENDER.: BURITI  
BAIRRO: ZONA RURAL - GRANJA -CE- CEP: 62430000

QP:

HDA:

PACIENTE, 22 anos, histórico clínico, vítima de queda de moto sem capacete, apresenta rebaixamento de consciência e agitação psicomotora

EXAME FÍSICO:

Paciente sonolento, REF;  
PA: 140 x 90

A OK

B OK

C OK

D -&gt; ↓ Sensório

E -&gt; OTORRAGIA

TC -> Lâmina de SUBDURA exposto à esquerda.

DIAGNÓSTICO INICIAL:

Trauma Cranioencefálico

CONDUTA:

Internamento

Santa Casa de M. de Sobral  
SAME  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Andréia R. Montenegro Portela  
COORDENADORA

DIAGNÓSTICO FINAL:

Poli-traumatismo

Dr. Sérgio Rapina

DATA: 09 / 09 / 17

Hora:

Ass./CRM:



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

## DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0112528-68.2019.8.06.0001**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Rosivan Nascimento da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Vistos, etc.

Gratuidade deferida.

Desde o advento no novo CPC, "*se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência*", tal como dispõe o art. 334 de citada Codificação.

Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, contudo, bem se sabe que a única possibilidade de composição só poderá ocorrer APÓS a realização da perícia necessária à apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual:

Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Assim, a realização de tal prova, antes mesmo da realização da audiência de conciliação, é providência que se impõe, na espécie, e que ora adoto, com esteio no que dispõem os arts. 139 e 381, II, do vigente CPC:

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

(...)

VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito; (grifos não existentes no original).

Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:

(...)

II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; (grifos não existentes no original).

Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. **Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias no Fórum Clóvis Beviláqua, localizada no Bloco 02, piso térreo, ao lado da Central de Atendimento Judicial, situada na Av. Desembargador Floriano Benevides, nº 220, Edson Queiroz, nesta capital.**

Indique, assim, a Secretaria, nome de perito para realizar a mesma, observado o que estabelece a Resolução nº. 04/2017, de 06 de abril de 2017, do Órgão Especial do TJCE, ficando a cargo de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205 - cuja inclusão no pólo passivo, caso ainda não realizada, determino ex officio -, o pagamento dos honorários de referido expert.

Intimar as partes, ainda:

a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos;

b) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão.

Também registro que as perícias serão realizadas, sem exceção, na forma das já realizadas nos mutirões anteriormente realizados.

Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum.

Nada mais natural que as perícias sejam aqui realizadas.

Afinal, foi A PARTE quem escolheu esta Comarca, muitas vezes abrindo mão do direito de demandar dentro da própria Comarca onde reside, com muito menores custos. Logo, deve aceitar, por igual, que a perícia seja aqui realizada.

Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC, tudo de logo já anunciado.





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista.

Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT., ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma, além de apresentar, junto com sua defesa, o processo administrativo.

Intimar os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ.

Fortaleza/CE, 26 de fevereiro de 2019.

**Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima**

**Juíza de Direito**

Assinado por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

**CERTIDÃO AUTOMÁTICA**

Processo nº: **0112528-68.2019.8.06.0001**  
Classe: **Procedimento Comum**  
Assunto: **Seguro**

Certifica que o expediente de Carta, foi confeccionado pela **SEJUD** e encontram-se à apreciação do gabinete do Juízo.

**Fortaleza/CE, 27 de fevereiro de 2019.**

**Servidor da SEJUD**

\*Certidão gerada de forma automática



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.brFortaleza

## CARTA DE CITAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0112528-68.2019.8.06.0001**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Rosivan Nascimento da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**  
 Senha do Processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada**

Senhor(a) Representante Legal do(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

A presente carta, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima**, Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível (SEJUD V), tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. Para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente.

Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada pela internet no site [www.tjce.jus.br](http://www.tjce.jus.br) informando o número do processo e a senha que segue à margem superior direita, documento pessoal e intransferível, a qual permite total acesso à tramitação processual, sendo considerada vista pessoal, consoante dispõe o § 1º do art. 9º da Lei nº. 11.419/2006, como parte integrante desta carta.

Fortaleza/CE, 27 de fevereiro de 2019.

**Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima**  
**Juíza de Direito**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**  
 Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.  
 Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

**CERTIDÃO**

Processo nº: **0112528-68.2019.8.06.0001**  
Apensos:  
Classe: **Procedimento Comum**  
Assunto: **Seguro**  
Requerente: **Rosivan Nascimento da Silva**  
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

**CERTIFICO** que em 11/03/2019 o prazo para cientificação da intimação eletrônica disponibilizada ao(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT esgotou-se, considerando-se como efetivada a intimação eletrônica, conforme art. 5º, parágrafo 3º, da lei 11.419/06<sup>1</sup>, abaixo transcrito, iniciando-se a contagem do prazo legal para manifestação, conforme preceitua o art. 219 do CPC.

**Fortaleza/CE, 11 de março de 2019.**

<sup>1</sup> "Art. 5o As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2o desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 3o A consulta referida nos §§ 1o e 2o deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo".

## CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0175/2019, encaminhada para publicação.

Advogado  
Carolina Freitas Moreira (OAB 23787/CE)

Forma  
D.J

Teor do ato: "Vistos, etc. Gratuidade deferida. Desde o advento no novo CPC, "se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência", tal como dispõe o art. 334 de citada Codificação. Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, contudo, bem se sabe que a única possibilidade de composição só poderá ocorrer APÓS a realização da perícia necessária à apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Assim, a realização de tal prova, antes mesmo da realização da audiência de conciliação, é providência que se impõe, na espécie, e que ora adoto, com esteio no que dispõem os arts. 139 e 381, II, do vigente CPC: Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito; (grifos não existentes no original). Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: () II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; (grifos não existentes no original). Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias no Fórum Clóvis Beviláqua, localizada no Bloco 02, piso térreo, ao lado da Central de Atendimento Judicial, situada na Av. Desembargador Floriano Benevides, nº 220, Edson Queiroz, nesta capital. Indique, assim, a Secretaria, nome de perito para realizar a mesma, observado o que estabelece a Resolução nº. 04/2017, de 06 de abril de 2017, do Órgão Especial do TJCE, ficando a cargo de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205 - cuja inclusão no pólo passivo, caso ainda não realizada, determino ex officio -, o pagamento dos honorários de referido expert. Intimar as partes, ainda: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Também registro que as perícias serão realizadas, sem exceção, na forma das já realizadas nos mutirões anteriormente realizados. Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum. Nada mais natural que as perícias sejam aqui realizadas. Afinal, foi A PARTE quem escolheu esta Comarca, muitas vezes abrindo mão do direito de demandar dentro da própria Comarca onde reside, com muito menores custos. Logo, deve aceitar, por igual, que a perícia seja

aqui realizada. Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC, tudo de logo já anunciado. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT., ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma, além de apresentar, junto com sua defesa, o processo administrativo. Intimar os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ."

Do que dou fé.  
Fortaleza, 18 de março de 2019.

Diretor(a) de Secretaria

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0175/2019, foi disponibilizado na página 381/402 do Diário da Justiça Eletrônico em 20/03/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 22/03/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.  
25/03/2019 - Data Magna no Ceará - Prorrogação

Advogado  
Carolina Freitas Moreira (OAB 23787/CE)

Prazo em dias	Término do prazo
15	12/04/2019

Teor do ato: "Vistos, etc. Gratuidade deferida. Desde o advento no novo CPC, "se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência", tal como dispõe o art. 334 de citada Codificação. Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, contudo, bem se sabe que a única possibilidade de composição só poderá ocorrer APÓS a realização da perícia necessária à apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Assim, a realização de tal prova, antes mesmo da realização da audiência de conciliação, é providência que se impõe, na espécie, e que ora adoto, com esteio no que dispõem os arts. 139 e 381, II, do vigente CPC: Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito; (grifos não existentes no original). Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: () II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; (grifos não existentes no original). Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias no Fórum Clóvis Beviláqua, localizada no Bloco 02, piso térreo, ao lado da Central de Atendimento Judicial, situada na Av. Desembargador Floriano Benevides, nº 220, Edson Queiroz, nesta capital. Indique, assim, a Secretaria, nome de perito para realizar a mesma, observado o que estabelece a Resolução nº. 04/2017, de 06 de abril de 2017, do Órgão Especial do TJCE, ficando a cargo de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205 - cuja inclusão no pólo passivo, caso ainda não realizada, determino ex officio -, o pagamento dos honorários de referido expert. Intimar as partes, ainda: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Também registro que as perícias serão realizadas, sem exceção, na forma das já realizadas nos mutirões anteriormente realizados. Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do

comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum. Nada mais natural que as perícias sejam aqui realizadas. Afinal, foi A PARTE quem escolheu esta Comarca, muitas vezes abrindo mão do direito de demandar dentro da própria Comarca onde reside, com muito menores custos. Logo, deve aceitar, por igual, que a perícia seja aqui realizada. Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC, tudo de logo já anunciado. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT., ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma, além de apresentar, junto com sua defesa, o processo administrativo. Intimar os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ."

Do que dou fé.  
Fortaleza, 22 de março de 2019.

Diretor(a) de Secretaria